

A indexação parcial pode ser uma saída

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

De que maneira o Brasil poderá voltar a crescer 5% em cada ano? Uma das propostas continua sendo a da indexação de parte da receita obtida com o saldo da balança comercial. Quem enveredar por aí talvez encontre a chave para as novas negociações de nosso país com o Fundo Monetário Internacional e os bancos credores, assunto sobre o qual o presidente José Sarney pretende avançar algumas luzes em seu esperado pronunciamento de segunda-feira. Porque milagres não se fazem mais, e como fórmulas mágicas também não existem, será preciso buscar em algum lugar a receita para o crescimento. Ganhava as especulações, ontem, fórmula já levada ao presidente da República por vários economistas e políticos, entre eles o deputado Herbert Levy, faz algumas semanas: nosso superávit entre importações e exportações, apesar de todas as dificuldades, alcançou 13 bilhões de dólares no ano passado, prevendo-se que passe de dez bilhões este ano. O problema é dividir parte dessa quantia, uma para o pagamento de juros e serviços da dívida externa, mesmo negociando-se prorrogações e adiamentos, mas outra para aplicação obrigatória na retomada de nosso desenvolvimento. Se ao menos 25 ou 30% do superávit — quem sabe mais — puder ser aplicado no crescimento econômico, por certo que, junto com a contenção do déficit público, a redução de despesas do Estado, a austeridade e a melhoria no aparelho arrecadador, se abriria uma fresta na crise. Não parece fácil admitir que os credores externos aceitem a tese, mas, diante da inexistência de alternativa, pode ser que a engulam. Tudo dependerá das negociações.

Com cautela, quarta-feira, Sarney avançou algumas peças no intrincado xadrez, diante dos governadores reunidos em Brasília. Não no momento em que discursou formalmente, falando do fortalecimento da Federação, mas depois, em suas constantes intervenções e nas conversas de pé de ouvido, por volta do almoço.

O governo está cômico, no problema da dívida externa, de haver ultrapassado aquilo que em aviação se chama o point of no return. Este se verifica na hora em que o avião não pode mais voltar ao aeroporto de origem, se sobrevier uma pane, mas deve alcançar o aeroporto de desti-

os líderes partidários, os líderes sindicais e outros grupos reunidos nas últimas semanas.

O problema será quando as coisas passarem da teoria à prática, ou, se quiserem, quando chegar a hora de colocar o guiso no gato. Os credores internacionais têm consciência de que o impasse e o confronto atingirão as duas partes. Eles também serão fundamentalmente prejudicados e enfrentarão situações de crise, mas, no reverso da moeda, não abrirão mão com facilidade de seus créditos. Ou das regras do jogo seguidas até aqui. Imagina-se, nos corredores palacianos, que a fala grossa e decidida do presidente da República funcione como argumento capaz de fazê-lo ceder, alongando prazos de pagamento, reduzindo juros e taxas de risco e admitindo novas operações. Sob esse aspecto, como Sarney tem dito, o Brasil não constitui um risco econômico. Teremos condições de saldar a dívida caso possamos, em paralelo, crescer e dinamizar a economia. O que o Brasil será, ainda na palavra do presidente, é risco político, se as negociações não chegarem a bom termo. Não se trata de chantagem nem de ameaças desmedidas, conforme Sarney, mas de um simples reconhecimento. Se conduzidos à recessão não teremos como continuar implementando a volta ao regime de liberdade e de democracia. As lideranças políticas, a começar pela dele, não se agüentarão diante de convulsões permanentes e ampliadas por todo o meio social e o aparelho econômico. Nesse caso, a questão passa a ser de interesse obrigatório dos governos dos países credores. A eles jamais poderá interessar a transformação de nosso país em caldeirão de acirramentos ideológicos, doutrinários e até políticos.

Nesse pé se encontra o problema da dívida externa, neste período tenso que precede as definições do governo brasileiro. Afasta-se, por incúcia e absurda, a hipótese de o País negar o que deve, ou ditar unilateralmente como saldará o débito. Conforme costuma dizer o ministro Francisco Dornelles, isso até poderia dar certo, mas ele não se arriscaria jamais a tanto, porque, em contrapartida, também poderia não dar. As negociações colocam-se como premissa, ou vão colocar-se, imediatamente conhecidas as definições gerais do governo, dentro de três dias. Como, vale repetir, milagres não acontecem, uma possibilidade parece a da indexação de par-

te do superávit da balança comercial, junto com a tentativa de conseguir novos prazos e melhores condições. Outras existindo, ainda em debate, já que estamos no Brasil, e, no Brasil, as equações mudam até no momento de serem anunciados os seus resultados. Uma certeza, porém, foi o clima tenso que domina a capital federal e a própria pessoa do presidente da República: algo precisará ser anunciado, concretamente e com perspectivas de produzir efeito. O pior de tudo seria não acontecer nada. Porque, logo depois, correríamos o risco de acontecer tudo...

no, agora mais perto. Não dá para o presidente recuar de sucessivas declarações e pronunciamentos, nos quais tem preanunciado negociações realistas, reestruturação da dívida, preservação de nossa soberania, de liberação de não aceitar compromissos que gerem a recessão e sucessivos. Se a montanha gerar um raio, segunda-feira ou mais tarde, no decorrer dos entendimentos, à frustração juntar-se-á perigoso agente de desgaste e de desagregação de seu governo. Até aqui, em termos políticos, isto é, retóricos, ele tem obtido êxito. Os governadores aceitaram as perorações, integraram-se a elas e não discordaram, assim como